



ROTA do Desenvolvimento

Planejar para **CRESCER**



PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

IPGC
INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
E GESTÃO DE CIDADES



Carta aos cidadãos de Santa Inês

Neste artigo apresentamos uma iniciativa que já tem transformado a qualidade dos serviços públicos em todo o país.

As Parcerias Público-Privadas (PPP) são soluções administrativas que podem transformar a realidade de nossas comunidades, uma vez que elas possibilitam a atração de investimentos em infraestrutura e a gestão compartilhada de serviços com empresas privadas. O resultado disso é a **ampliação do acesso aos serviços públicos, além do aumento da qualidade e manutenção dos que já existem.**

A compreensão e o engajamento da sociedade de forma geral são fundamentais, visto que será ela a maior beneficiada pelos projetos implantados. No momento em que nos mobilizamos em busca de soluções para a crise sanitária e econômica que assolou o Brasil, é hora de pensar também em alternativas que impulsionem os municípios de volta ao caminho do crescimento.

Estamos apresentando a vocês um modelo administrativo que irá favorecer a inovação em projetos de interesse coletivo. Por meio do **Programa Rota do Desenvolvimento**, nossa população irá testemunhar e usufruir da melhoria dos serviços públicos em nosso município. Nosso intuito é impulsionar o desenvolvimento através do conceito de Cidades Inteligentes, integrando soluções nas áreas de Infraestrutura, Iluminação Pública, Telecomunicações, Saneamento Básico e Energia Fotovoltaica.

Essa é mais uma ação desta administração no sentido de zelar pelo bem comum de nossa população, ampliando a oferta de serviços e melhorando a qualidade dos que já estão implantados. **O Programa Rota do Desenvolvimento será um marco na história do progresso de nossa cidade**, e convidamos toda a população a participar ativamente de todas as discussões e implementações desse projeto grandioso.

Gestão municipal

Santa Inês é um dos 10 municípios maranhenses com maior produção econômica. Muito se atribui o crescimento à posição geográfica que culmina no cruzamento de duas rodovias federais, 316 e 222, e ainda pela Estrada de Ferro Carajás. No entanto, nos últimos anos, é notável o incentivo em que a gestão **“Tempo de Crescer”** tem empenhado para que o município continue em amplo crescimento.



Felipe dos Pneus
prefeito de Santa Inês

O olhar diferenciado para a implantação de um sistema de gestão integrado, tem acelerado o crescimento de Santa Inês e fortalecido o poder público para lidar com grandes desafios.

Para uma gestão obter resultados expressivos é necessário um planejamento bem arrojado, com ações em médio e longo prazo. Essa é a base do **Rota do Desenvolvimento**.

Tendo à frente uma liderança jovem, a gestão abre olhos para o futuro com ações praticadas agora. Com seriedade e planejamento, a gestão apresenta os próximos passos que serão tomados para darmos um enorme salto no desenvolvimento que nossa gente merece. Projetos estruturantes que além de sanar demandas, contribuem para um município moderno e fiel à carinhosa alcunha de **“Capital do Vale do Pindaré”**.

Afinal, no tempo de crescer, **o futuro é agora**.

Apresentação da cidade



Santa Inês, uma cidade em pleno crescimento no coração do Maranhão! Localizada na região do Vale do Pindaré, nossa cidade se destaca como **um polo regional de comércio e serviços**, sendo uma das que mais se desenvolve na região.

Nossa gestão municipal tem como prioridade impulsionar ainda mais o progresso e qualidade de vida de nossa população. Estamos em busca de alternativas que tragam recursos e desenvolvimento para o município, promovendo **impactos positivos na vida de todos os nossos cidadãos**.

Com o intuito de transformar os nossos sonhos em realidade, apresentamos o ambicioso programa **Rota do Desenvolvimento**. Esse projeto inovador oferecerá suporte técnico a iniciativas de Parcerias Público-Privadas (PPP's) com foco na infraestrutura, modernização dos serviços públicos, criação de oportunidades e na sustentabilidade.

As PPPs têm se mostrado uma ferramenta poderosa em inúmeras cidades do país para concretizar projetos estratégicos que, muitas vezes, estavam apenas no papel. Com essa abordagem, **temos a confiança de que conseguiremos implementar grandes projetos de infraestrutura em Santa Inês**.

Almejamos realizar melhorias significativas em áreas fundamentais para o bem-estar de nossa comunidade. Nossa visão inclui projetos como a **modernização da iluminação pública**, o **avanço no saneamento básico**, a **produção de energia solar**, a **ampliação da conectividade** e a **construção de um Terminal Rodoviário de alta qualidade**. Além disso, estaremos abertos a outros projetos estratégicos que venham a agregar valor à administração municipal.

Acreditamos que a parceria entre o setor público e o privado é uma fórmula poderosa para promover o crescimento sustentável e a prosperidade para todos. **Queremos contar com a participação ativa de empreendedores e empresas comprometidas com o desenvolvimento de Santa Inês**. Juntos, podemos transformar nossa cidade em um lugar ainda melhor para se viver, trabalhar e investir.

Convidamos a todos os interessados a se unirem a nós nessa jornada rumo a um futuro mais promissor para Santa Inês. **Vamos trabalhar incansavelmente para tornar nossa cidade um exemplo de desenvolvimento e qualidade de vida para todos os seus moradores**.

Seja bem-vindo ao município de Santa Inês, onde a parceria entre público e privado abrirá as portas para um futuro brilhante e próspero!



Sobre o IPGC

Atuamos junto ao poder público e à iniciativa privada pela implantação de projetos de infraestrutura que melhorem a vida das pessoas. Acreditamos na interlocução de vários atores sociais para uma guinada rumo ao desenvolvimento de cidades e estados mais inteligentes, e que atendam melhor às necessidades mais prementes da população.

Somos pioneiros pelo formato e execução de projetos inovadores. Nossa história começou em 2008, em Divinópolis, centro-oeste de Minas Gerais, com o Movimento Popular da Cidade – Mov Cidade. Nosso objetivo era discutir pautas públicas, em especial as ligadas à saúde. Com a ampliação das temáticas, ficou evidente a necessidade de cooperarmos mais diretamente com as gestões municipais, devido à escassez de mão de obra qualificada nas municipalidades e à urgência de inovação na administração pública.

Evoluímos então para o Instituto de Planejamento e Gestão de Cidades (IPGC) e, na busca por um novo (e belo) horizonte para a infraestrutura das cidades, migramos para a capital mineira em 2017. Em 2021, recebemos do Ministério da Justiça a certificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), dada a entidades reconhecidamente idôneas que atuam intermediando projetos entre governos e sociedade sem objetivo de lucro.

Somos uma instituição comprometida com a gestão e planejamento de boas políticas públicas. Por entender que o caminho mais inteligente para gerir as cidades requer também a participação do segundo setor econômico, nos especializamos então na estruturação de Parcerias Público-Privadas. Através de cooperação técnica, capacitamos os municípios em todas as fases dos projetos, desde a coleta de dados e produção de estudos, passando pela licitação, até a verificação de desempenho durante os anos de concessão. Contamos com uma equipe composta por diversos profissionais com formação multidisciplinar e uma ampla rede de consultores. Isso nos possibilita atuar em alto desempenho, tanto na área técnica quanto na compreensão das diferentes políticas dentro da gestão pública.



ROTA do Desenvolvimento

O Programa Rota do Desenvolvimento é uma iniciativa liderada pela Prefeitura de Santa Inês, com o apoio técnico das Secretarias de Administração e de Obras e Serviços Públicos, em cooperação com o Instituto de Planejamento e Gestão de Cidades (IPGC). Seu principal objetivo é promover o desenvolvimento econômico, social e tecnológico do município, buscando soluções inovadoras para implementar projetos que impulsionem o crescimento local.

O processo de trabalho do programa será conduzido com a cooperação técnica do IPGC, no intuito de viabilizar a participação do setor privado como investidor e operador de serviços de infraestrutura urbana.

A parceria entre a prefeitura municipal e o IPGC permitirá um assessoramento integral, no qual equipes técnicas fornecerão suporte e expertise para a implementação das melhores soluções da administração pública.

Uma das principais atuações do programa será o desenvolvimento de políticas de investimento, visando atrair recursos para projetos estruturantes em áreas como infraestrutura urbana. O IPGC estará envolvido desde a concepção e estudos de viabilidade dos projetos até a modelagem licitatória e assessoria completa para a implantação de Parcerias Público-Privadas (PPP's).

Além disso, o suporte fornecido pelo IPGC abrangerá áreas estratégicas nos projetos, como governança, relacionamento institucional e comunicação, garantindo que os projetos sejam implementados de forma eficiente e transparente, com ampla participação da comunidade local.

O Programa Rota do Desenvolvimento representa um esforço conjunto para colocar Santa Inês em uma trajetória de crescimento sustentável e progresso.

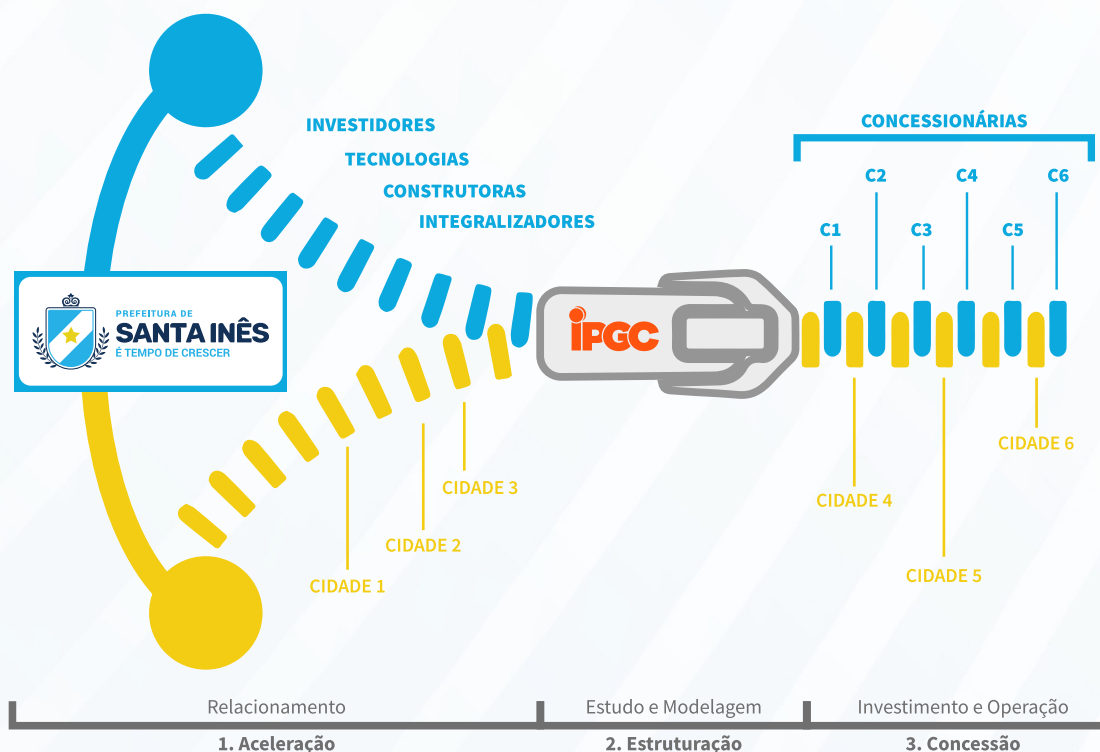
PPP de Cidade Inteligente

Iluminação pública de qualidade, rede de dados e telecomunicações, geração de energia sustentável e saneamento básico são algumas das demandas mais latentes entre os municípios e estados brasileiros. Para levar essas soluções aos cidadãos, as gestões públicas enfrentam dificuldades orçamentárias e técnicas, o que impede a viabilidade de muitas parcerias.

Buscando dar apoio ao Poder Público na viabilização de projetos de infraestrutura por todo o país, o IPGC criou a PPP de Cidade Inteligente. Nesse arranjo, mais de um objeto pode ser incluído em um mesmo contrato de concessão, permitindo que os cidadãos recebam mais de um benefício através do projeto e que o negócio se torne mais atrativo a investidores do Setor Privado.



Cenário de atuação e estruturação

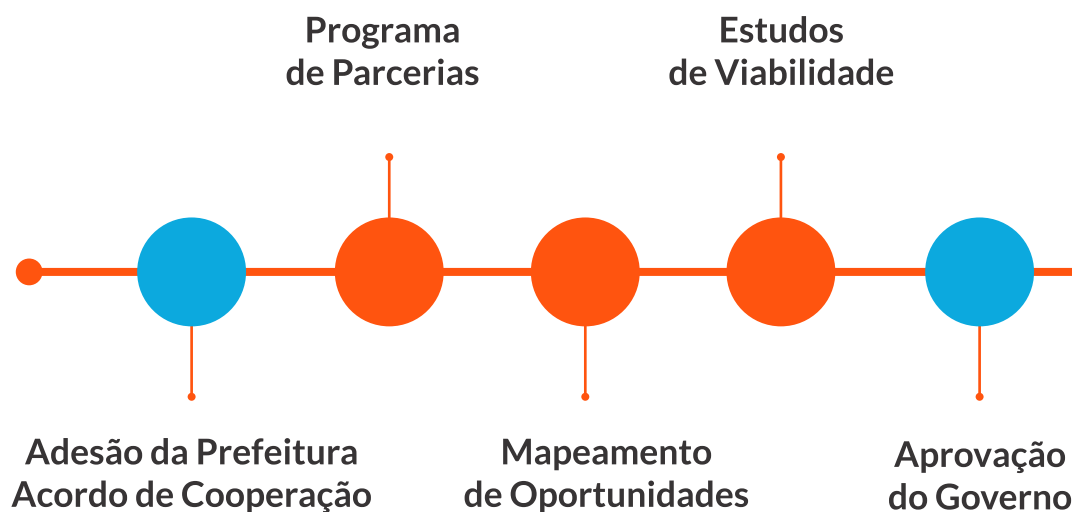


O processo de trabalho do Rota do Desenvolvimento alia a gestão e expertise das Secretarias Municipais com a técnica e a operacionalização do IPGC. Mediar os anseios políticos e sociais, os interesses privados e corporativos, convergindo para uma parceria harmônica, onde há ganhos para ambas as partes, é a principal motivação do projeto. Juntos, IPGC e Gestão Municipal trabalharão para mediar as relações, qualificar os projetos, imunizar os processos e colaborar com a sustentabilidade das parcerias.



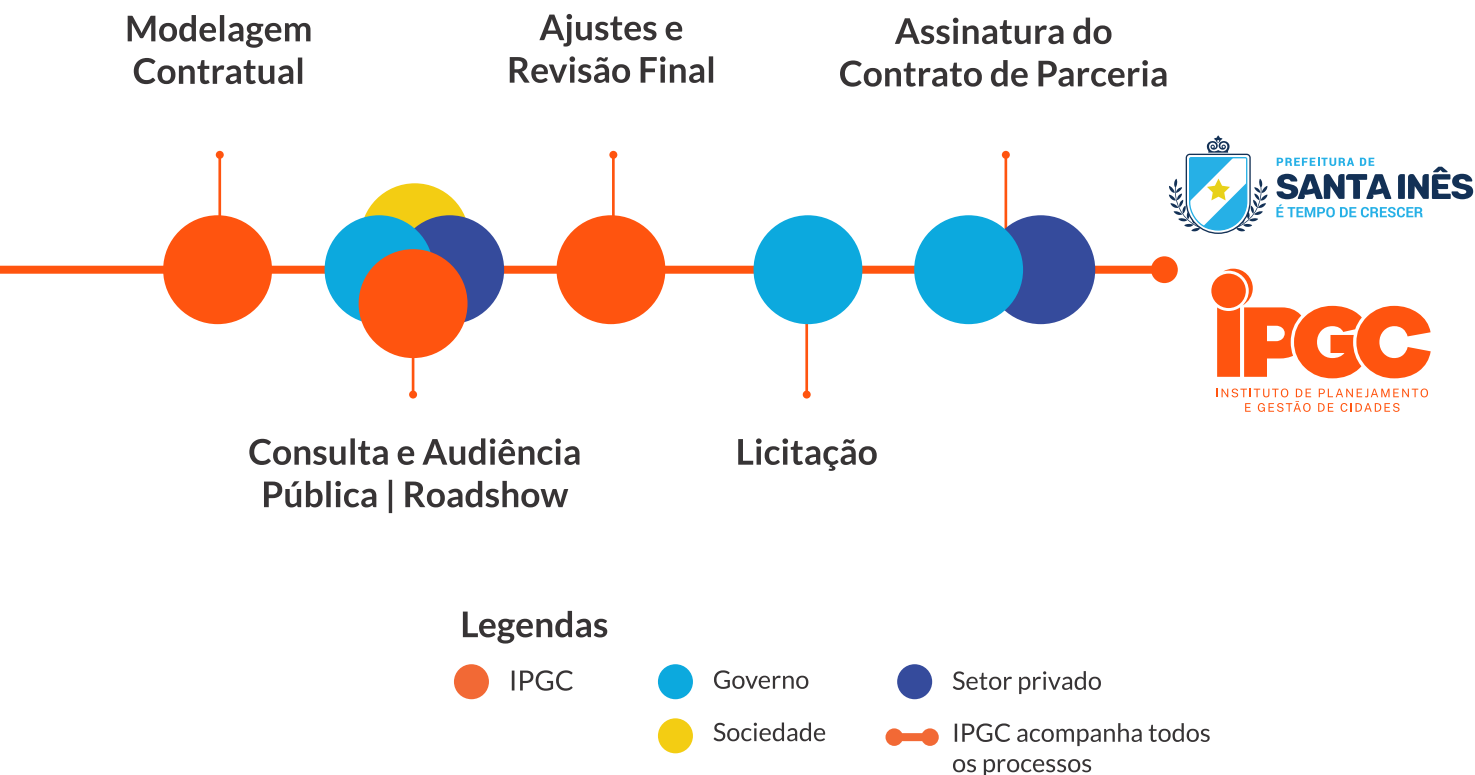
Estrutura de um PPP

Importância das parcerias para a Gestão Pública



As Parcerias Público-Privadas e as Concessões são modelos de contratação que atuam há pouco mais de uma década no Brasil, **como alternativas para viabilizar investimentos em infraestrutura e qualificar os serviços de interesse da população.**

Dentre as principais vantagens de se fazer parte de um contrato de parceria, podemos destacar a **eficiência para viabilizar grandes obras de infraestrutura**, o pagamento público condicionado à qualidade do serviço e o compartilhamento de riscos entre os parceiros.



A parceria entre entes públicos e privados, quando bem feita, produz inúmeros benefícios para a população, **melhorando o planejamento da infraestrutura vigente e aumentando a qualidade de vida das pessoas.**

PPP são carregadas de desafios subjetivos, que passam pela disposição do gestor, a construção de laços de confiança, boa-fé, cooperação e vontade ao diálogo. Mas existem também os obstáculos práticos, como os projetos de engenharia, base para definição dos investimentos, os indicadores de desempenho, compromissos contratualizados, além das obras e serviços. No **Rota do Desenvolvimento**, trabalharemos para integrar subjetividade e objetividade em projetos que façam sentido para governos, iniciativa privada, e principalmente para a população.

Amparo legal

A **concessão administrativa** é uma das modalidades de Parceria Público-Privada regidas pela **Lei Federal nº 11.079/04**. Ela tem a função de aumentar a eficiência administrativa e descentralizar o serviço público, à medida que reduz os gastos públicos, sem deixar de investir em importantes setores, tais como infraestrutura, educação, saúde, dentre outros.

As concessões, diferentemente das privatizações, cabe ressaltar, são investimentos que retornam para o poder público. A operacionalização realizada pelo Instituto de Planejamento e Gestão de Cidades (IPGC) é gratuita à administração pública, sendo ressarcida no valor da licitação.

No Brasil, as PPPs começam a ganhar força, sobretudo como ferramenta para impulsionar os setores da infraestrutura nacional, diretamente impactada pela crise fiscal trazida pela pandemia da covid-19. Juridicamente, o instrumento das Parcerias Público-Privadas é regido pela lei 11.079/200, de caráter geral nacional e de observância obrigatória a todos os órgãos da administração pública, sejam diretos ou indiretos.

Além da 11.079, é preciso observar uma série de parâmetros legais, de maneira a dar segurança jurídica aos projetos. Em Santa Inês, iremos observar o ordenamento jurídico instituído pela Lei Municipal de Parcerias Público-Privadas.

- **Lei Municipal de Parcerias Público-Privadas**
- **Lei Federal nº 8.987/1995** - Lei das Concessões
 - **Lei Federal nº 11.079/2004** - Lei das PPPs
- **Lei Federal nº 11.107/2005** - Lei de Consórcios Públicos
- **Lei Federal nº 13.019/2014** - Lei das Parcerias Voluntárias

Iluminação Pública

Em virtude da Emenda Constitucional nº. 19 de 1998, a eficiência tornou-se princípio constitucional da administração pública, princípio este que, em alguns casos, não encontra reflexo na realidade. Como exemplo cristalino da dificuldade dos serviços públicos de cumprir esse princípio, podemos citar a Iluminação Pública. Desde 1988, a Constituição Brasileira a define como serviço público de interesse local, sendo responsabilidade do município gerir ou delegar a terceiros a gestão desse serviço. Mesmo com o avanço das tecnologias de LED (Light Emitter Diode), a maioria das cidades do país ainda utiliza as tradicionais lâmpadas de vapor de sódio, uma tecnologia já ultrapassada.

Segundo dados da Eletrobras, a energia é o segundo maior gasto público do país. Daí a necessidade de

investimento em tecnologias de iluminação que apresentem menor gasto energético. Com o Programa Rota do Desenvolvimento, o município terá 100% do parque de iluminação atualizado com lâmpadas de LED, podendo alcançar uma economia média de cerca de 70% no valor da tarifa de energia elétrica municipal. As luminárias de LED representam um avanço tanto econômico, quanto ambiental. Isso porque elas conseguem transformar quase 100% da energia recebida em luminância, diminuindo o valor da tarifa. Elas também são sustentáveis, pois poluem menos e são mais atrativas para a reciclagem.

Com a implantação do projeto, o parceiro privado escolhido por licitação será responsável pela implantação, operação, manutenção e gestão do parque de iluminação pelo tempo previsto em contrato.

100% dos parques de iluminação atualizados com luminárias de LED

Economia média no consumo de energia elétrica de aproximadamente 70%



Conectividade

Em uma cidade inteligente, a tecnologia é utilizada para promover o bem-estar dos cidadãos, o crescimento econômico e a sustentabilidade. Em nosso programa, Santa Inês contará com o compartilhamento da infraestrutura de iluminação com fibra óptica dedicada.

Essa tecnologia garante internet cabeada para os prédios públicos, otimizando o fluxo de comunicação por internet entre os órgãos do município, como hospitais e escolas.

Outro fator agregador do sistema de conectividade proposto pelo projeto é a iniciativa de **oferecer pontos gratuitos de Wi-Fi em praças e periferias, democratizando o acesso à informação e colaborando para o aprendizado contínuo da sociedade em geral.**

Por fim, a infraestrutura integrada permite a instalação de um sistema de videomonitoramento. Isso permitirá auxílio em tempo real nas ações de segurança pública das Polícias Civil e Militar.



Prédios públicos conectados
em uma rede segura e de qualidade.



Wi-Fi público e gratuito em
espaços de lazer e periferias.



Videomonitoramento nas ruas,
interligado ao sistema da Polícia Civil,
garantindo a **segurança dos cidadãos.**

Ícones por Eucalyp, Ralf Schmitzer e i cons
Noun Project. Sob licença Creative Commons.

Energias renováveis

Pensando no atual esforço dos administradores públicos municipais do país em **reduzir os gastos com energia elétrica em seus municípios**, nosso programa propõe o investimento em fontes de energia limpas e renováveis.

Quando a administração pública adota soluções como essa, além de dar o exemplo social, ela amplia sua matriz de energias sustentáveis, otimiza o gasto dos recursos públicos e se torna autossuficiente em relação à própria demanda energética.

O investimento em energia solar é uma crescente mundial. Países como China, Japão e Estados Unidos são mercados onde mais cresce a demanda por esse tipo de energia, enquanto a Alemanha continua sendo o maior produtor do mundo, contribuindo com quase 6% da sua demanda de eletricidade.

A instalação de microusinas de energia solar fotovoltaica atenderá a demanda energética dos prédios públicos municipais, reduzindo a despesa e contribuindo com o meio ambiente. Isso colocará o município de Santa Inês na lista de cidades que estão incentivando a produção de energias ecologicamente corretas.



Uberaba - MG
Goianésia - GO
Carmo do Cajuru - MG

Experiência IPGC

Aproximadamente
R\$ 80 MILHÕES
em investimentos atraídos



Carmo do Cajuru - MG

Saneamento Básico

Tratamento de água, esgoto e resíduos sólidos

O novo Marco Legal do Saneamento Básico, sancionado em julho de 2020, prevê que até 2033, 99% da população brasileira tenha **água tratada, e o acesso a sistemas de esgoto sanitário chegue a até 90% dos habitantes.**

Em relação ao plano de resíduos sólidos de Santa Inês, é imprescindível a implementação de ações efetivas para o adequado gerenciamento desses materiais. A partir disso, devemos chamar a atenção para a interconexão entre outros setores de desenvolvimento e o saneamento

básico. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), a cada R\$ 1 investido em saneamento, deverá ser gerada economia de R\$ 4 com a prevenção de doenças causadas pela falta do serviço.

Com o Rota do Desenvolvimento, trabalharemos em busca de mais investimentos para o setor. Entendemos a urgência e a necessidade de solucionar o problema de saneamento a nível municipal, e é por isso que este será um dos nossos focos de atuação no Programa.



Cidades Inteligentes por todo o Brasil

A sociedade já desenvolveu diversas tecnologias e processos de trabalho, que quando utilizadas tornam as cidades mais inteligentes, humanas e sustentáveis.

Cidades de vários estados do país já aderiram à PPP de Cidade Inteligente. Em Minas Gerais, por exemplo, diversos municípios mostram como o arranjo entrega bons resultados para as gestões municipais, como é o caso de Carmo do Cajuru e Ouro Preto.

Carmo do Cajuru - MG



Carmo do Cajuru - MG

Melhor PPP de Cidade Inteligente do mundo pela ONU, o município de cerca de 20 mil habitantes, a 115 km de Belo Horizonte, já conta com um **parque de iluminação 100% atualizado com luminárias de LED**. O consórcio MCI, parceiro privado que atua no projeto, é responsável também pela instalação de fibra óptica em todo o município, que proverá internet cabeada nos prédios públicos, Wi-Fi público e câmeras de videomonitoramento. A PPP prevê ainda a instalação de painéis solares para geração de energia fotovoltaica em Carmo do Cajuru, que poderá **reduzir o consumo de energia elétrica em até 49%** ao longo dos 25 anos de concessão.

Ouro Preto

Declarada em 1980 pela Unesco como Patrimônio Cultural da Humanidade, a cidade de Ouro Preto, além de ícone do cenário artístico-cultural brasileiro é também um dos mais prestigiados destinos turísticos nacionais, recebendo gente do mundo todo.

Primeira capital do estado de Minas Gerais, a cidade manteve o pioneirismo ao se tornar **a primeira cidade histórica inteligente do país**. O investimento do consórcio Ouro Luz, parceiro privado vencedor da licitação, foi de R\$ 10,1 milhões. Além de iluminação pública com tecnologia LED, que já começou a ser instalada na cidade, o licitante é responsável pela rede de telecomunicações que **revolucionará a conectividade de Ouro Preto**. Buscando resguardar o patrimônio histórico e cultural da cidade, todo o estudo elaborado pelo Instituto de Planejamento e Gestão de Cidades (IPCC) contou com a parceria do IPHAN-MG.



Ouro Preto, foto: Tchelo Veiga

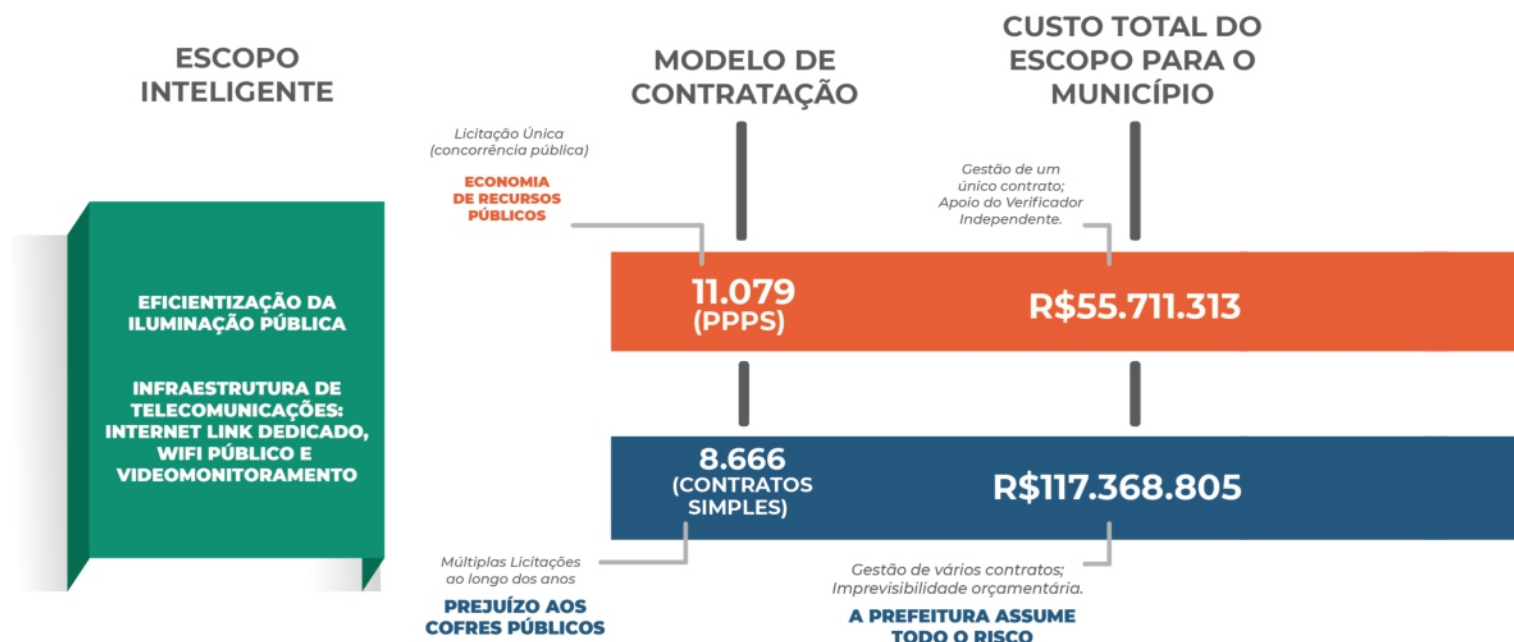
Por que o caminho das parcerias?

Comparativo entre contratações públicas sob o regime da lei 8.666 e lei 11.079.

Luís Fernando Parma - Gestor Público e Gerente de Projetos do IPGC Brasil

Os gestores públicos, sobretudo municipais, já possuem familiaridade com as formas convencionais de contratações públicas provenientes da Lei Geral de Licitações, recentemente reformada em seu texto pela Lei 14.133/2021. No entanto, a julgar pela complexidade e especificidade do objeto das contratações, cabe a esses gestores analisar outros mecanismos e arranjos de contratações que garantam melhores condições de execução e garantias de eficiência na prestação dos serviços.

Além da singularidade dos serviços, cabe ressaltar também o contexto de enormes dificuldades financeiras que os municípios brasileiros atravessam, especialmente os de pequeno e médio porte, em decorrência da queda de arrecadação proveniente da pandemia da Covid-19 e claro, da desproporcionalidade de repartição fiscal estabelecida pelo pacto federativo. Todo esse contexto abalou a capacidade de investimento em áreas prioritárias da administração pública, como a manutenção e operação da infraestrutura pré-existente.



*Estudo comparativo da PPP de Cidade Inteligente em Ouro Preto - MG

PREMISSAS DE CÁLCULO

¹ O prazo do contrato de PPP é de 25 anos, por esse motivo foram considerados os custos no cenário 8.666 durante o mesmo período.

² Para fins de análise, os custos referentes

aos dois modelos são apresentados em Valor Presente Líquido (VPL).

³ Os valores referentes ao cenário 8.666 foram obtidos através de pesquisas do IPGC junto a plataformas públicas como o Banco de Preços e Painel de Preços, além de portais municipais de

Diante deste cenário, as parcerias e concessões se colocam como ferramenta facilitadora, conciliando em seu arranjo de contratação a capacidade de investimento necessária para suprir os déficits da infraestrutura. Elas também proporcionam à gestão municipal melhores condições gerenciais e acompanhamento desses contratos, diminuindo a carga burocrática e potencializando os esforços nos resultados efetivos dos serviços.

O Caso de Ouro Preto

Foi no intuito de proporcionar a Ouro Preto maior entendimento de suas carências e auxiliar a administração municipal na tomada de decisão amparada por evidências que o IPGC e a prefeitura iniciaram no ano de 2019 uma cooperação técnica.

Embasado pelo diagnóstico municipal, coube ao IPGC, juntamente com a administração municipal, estruturar o escopo necessário para a resolução das defasagens nas áreas de iluminação pública, oferta de internet aos prédios públicos, videomonitoramento e Wi-Fi público. Assim, foram realizadas junto aos órgãos municipais diversas análises e levantamentos para entender quais eram os pontos que necessitavam de atenção e melhorias nas soluções tecnológicas propostas pelo projeto, o que nos possibilitou chegar ao escopo ideal para atendimento da administração pública.

Após o fechamento do escopo de soluções e - da avaliação de todos os custos que envolvem a implantação, operação e manutenção das soluções tecnológicas ao longo dos anos - realizamos o estudo para avaliar qual o melhor custo benefício a partir das alternativas de contratação pública. Podemos observar no infográfico o comparativo financeiro entre a contratação do mesmo escopo sob o regime da lei 8.666/93 e o modelo com base na lei 11.079/04.

Conclusão

O que fica evidenciado nas análises de custo benefício a partir dos modelos de contratação com respaldo da lei 8.666 e na lei 11.079 é que, se bem avaliados, alguns objetos, por essência, são altamente indicados para a contratação através dos arranjos de parcerias, a julgar por sua complexidade, singularidade e riscos envolvidos em sua execução. Enquanto isso, o arranjo de contratação convencional preza pelo fracionamento do produto final dos contratos o que acaba por expandir as demandas gerenciais e custos burocráticos, culminando em maior gasto público a longo prazo.



transparência.

⁴ Os materiais, equipamentos e serviços orçados no modelo 8.666 possuem grande similaridade com os previstos no escopo do projeto PPP.

⁵ No cenário 8.666 fora considerado o financiamento do valor de investimento na aquisição de

luminárias LED e a amortização desse emprestimo acrescido no custo mensal do cenário.

⁶ No cenário 8.666 foram consideradas a prestação de serviços ou locação de ativos das soluções de conectividade que integram a infraestrutura de telecomunicações.

